

SAIU NA IMPRENSA



. ZM NOTÍCIAS . CAPA . PÁGINAS 3 E 6 . TERÇA, 06 DE JUNHO DE 2023 .



LDO 2024 é discutida pela Câmara de Nova Iguaçu

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 para a cidade de Nova Iguaçu foi elaborada tomando como parâmetro regional o índice IPCA, apresentado pelo IBGE, que foi de 6,65%. Assim foi possível analisar a evolução da receita nos últimos três anos e prever

um orçamento de R\$ 2 bilhões e 300 milhões para o exercício de 2024. Esta e outras informações foram apresentadas na manhã desta segunda-feira (05/06) durante audiência pública realizada pela Comissão de Orçamento da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Página 6



CMNI
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

O lugar do povo é aqui 📍

Câmara Municipal de Nova Iguaçu quer promover o sentimento do orgulho iguaçuano através da memória



João Bosco e Dudu Reina em março do ano passado durante visita ao Centro de Memória do MPRJ que auxiliou no projeto de construção do Centro de Memória da CMNI

Com quase três décadas no exercício do jornalismo, com passagem em jornais locais e de quem participou da gestão na Alerj na área cultural, além de ter sido criador de um blog que por anos foi referência em notícias sobre os bastidores político de Nova Iguaçu, sempre em parceria com a jornalista e cientista social Cláudia Maria, o jornalista Almeida dos Santos, o Almeida dos Santos, o Almeida dos Santos, o Almeida dos Santos, assumiu recentemente o cargo de coordenador do Centro de Cultura, Memória, Pesquisas e Documentação Histórica, órgão criado Câmara Municipal de Nova Iguaçu voltado para difundir a história do Poder Legislativo Municipal, assim como disponibilizar curiosidades sobre a cidade e sua história, instituindo diálogos de parcerias com historiadores e instituições de pesquisas, estreitando alianças e diálogo com o mundo acadêmico, visando dar visibilidade aos fatos e personagens que marcaram a história de Nova Iguaçu.

O Centro de Cultura da Câmara Municipal de Nova Iguaçu foi criado em julho de 2022, mas ainda está em fase de implantação. Indiscutivelmente será uma ferramenta da Câmara no cumprimento do papel de um órgão voltado para disseminação da história do legislativo na construção da cidade.

A iniciativa de criar o Centro de Cultura partiu do próprio presidente da Câmara, vereador Dudu Reina, que vem se destacando justamente por fomentar políticas que potencializem o sentimento de pertencimento e orgulho dos iguaçuanos. E o órgão recém criado está vinculado à presidência da Casa, o que revela estar inserido no pensamento da gestão institucional.

Outro que foi fundamental na elaboração da lei que deu origem ao Centro de

Cultura, pessoa que se debruçou sobre os aspectos legais e normativos, foi o procurador geral da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Dr. João Bosco Filho, igualmente entusiasta em apoiar e dar visibilidade à memória da cidade e do legislativo. Em março do ano passado, Bosco e Dudu Reina visitaram o Centro de Memória do Ministério Público do Rio de Janeiro como forma de buscar informações que pudessem contribuir na criação do projeto no legislativo iguaçuano.

O Centro de Cultura está em fase de estruturação e brevemente deverá se tornar mais um órgão de fomento à cultura e pesquisas, valorizando a história e a memória da cidade, instituindo no Poder Legislativo Municipal uma política de promoção da memória iguaçuana. Um ganho importante para a cidade, considerando que ao longo da história do parlamento municipal esse é o primeiro setor na estrutura da Câmara cuja principal finalidade é potencializar o sentimento iguaçuano de orgulho e pertencimento.

O jornalista Almeida dos Santos foi um dos autores do resgate da história da primeira vereadora do estado, que exerceu mandato em Nova Iguaçu na década de 40, e que hoje dá nome a um diploma oferecido pela Câmara de Vereadores às mulheres que se destacam em contribuir para história de Nova Iguaçu. Também em parceria com Cláudia Maria (in memoriam), também foi o autor da pesquisa sobre a história do fundador do jornal Correio da Lavoura, órgão centenário da imprensa iguaçuana. Na Alerj pertencia à equipe da Cultura escrevendo matérias culturais como um pequeno ensaio sobre Décio Villares, filho e sobrinho de vereadores iguaçuanos e que participou da elaboração da atual bandeira do Brasil.

LDO 2024 é discutida pela Câmara de Nova Iguaçu



Vereador Maninho de Cabuçu, superintendente Marcelo, vereadores Claudinho, Dr. Marcio e Haja Luz



Presidente da Comissão de Orçamento, vereador Claudinho



Superintendente Marcelo Barboza



Membro da Comissão de Orçamento, vereador Dr. Marcio Guerreiro



Membro da Comissão de Orçamento, vereador Claudio Haja Luz



Vereador Maninho de Cabuçu

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 para a cidade de Nova Iguaçu foi elaborada tomando como parâmetro regional o índice IPCA, apresentado pelo IBGE, que foi de 6,65%. Assim foi possível analisar a evolução da receita nos últimos três anos e prever um orçamento de R\$ 2 bilhões e 300 milhões para o exercício de 2024.

Esta e outras informações foram apresentadas na manhã desta segunda-feira (05/06) durante audiência pública realizada pela Comissão de Orçamento da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. O superintendente de Orçamento do Executivo, Marcelo Barboza, foi o responsável pela apresentação do texto.

Foi demonstrado, no anexo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício do ano 2022, que a receita teve um expressivo crescimento de 46,1% em relação à previsão inicial, devido aos recursos oriundos das Resoluções do Estado para atendimento das ações em Saúde e dos recursos de operações de crédito para

aplicação em infraestrutura urbana, também previstos para o exercício de 2024.

O comprometimento com amortização da dívida pública também foi ponto apresentado, com previsão no montante de R\$ 126 milhões, fazendo com que o município continue se esforçando para estar regular junto ao CAUC - Sistema de Informações Sobre Requisitos Fiscais - e outros órgãos fiscalizadores.

A LDO será votada em primeira discussão pela Câmara ainda neste mês de junho. Após esta votação é aberto o período para inclusão de emendas dos parlamentares, sendo depois votada em segunda e última votação. Ela é o documento base para a formulação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O presidente da Comissão de Orçamento, vereador Claudinho da Kombi, conduziu a audiência, acompanhado dos vereadores Claudio Haja Luz, Dr. Marcio Guerreiro e Maninho de Cabuçu.